

## Movimentos feministas e academia: tensões e alianças

Joana Maria Pedro \*  
Marisa Barletto \*

### Resumo

Neste texto buscamos desenvolver algumas reflexões sobre as relações entre a academia e os movimentos feministas no Brasil. Abordaremos uma narrativa de tensões e outra de pontes e alianças, entre o movimento e a academia. Focalizamos, também, as contribuições do movimento feminista ao campo da pesquisa acadêmica, especialmente à historiografia e ainda às ressonâncias das pesquisas sobre o próprio movimento feminista. Utilizamos, para estas reflexões, textos, relatórios, artigos que, por vezes, se antagonizam, e por vezes conciliam. Percebemos as diferentes formas de feminismo e suas diversas contribuições.

**Palavras-chave:** feminismos, movimentos sociais, academia autonomia.

### Abstract

This article reflects on relations between the academy and feminist movements in Brazil. We address a narrative of tensions and another of bridges and alliances between movements and the academy. We also focus on the contributions of the feminist movement to academic research, especially historiography and to resonances of research about the feminist movement. These reflections are based on texts, reports and articles that are at times antagonistic and at times supportive of each other. We perceive different forms of feminism and their various contributions.

**Keywords:** feminisms, social movements, academy, autonomy.

---

\* Professora dos Programas de Pós-Graduação em História e Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. Joanamaria.pedro@gmail.com

\* Foi professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa de 1995 a 2017, quando se aposentou como professora adjunta. marisabarletto@gmail.com

## Introdução

Propomos, neste artigo<sup>2</sup>, desenvolver algumas reflexões sobre as relações entre os movimentos feministas e a academia, destacando as tensões e as alianças possíveis. Abordamos a forma como algumas narrativas sobre o feminismo focalizam um percurso que se concentra em manifestações de rua, grupos de consciência e ações diretas, realizadas de forma autônoma, e outra que narra um percurso que estabelece pontes e alianças entre os movimentos e atuação em diversas instâncias, como: instituições governamentais, ONGs - Organizações Não Governamentais - e pelas universidades. Através destas duas narrativas, é possível acompanhar algumas tensões mas, também, as iniciativas de aproximação. Mostraremos os impactos da academia nos movimentos e, também, a forma como as ações dos movimentos de mulheres e feministas criam novas categorias de análise e novas abordagens na academia. Algumas sinalizações sobre os pressupostos adotados para o desenvolvimento deste texto precisam ser explicitadas. A abordagem utilizada é historiográfica, ou seja, quando dizemos “história”, entenda-se que está sendo falado daquilo que escrevemos, ou filmamos, ou falamos sobre o que consideramos que aconteceu no passado. Outro alerta é que, temos um grau muito estreito de afinidade com os movimentos sociais que estamos pesquisando. E, sim, consideramos feministas. Ao tratar do movimento feminista, estamos falando de um movimento social plural, multifacetado movimento feminista: encontramos grupos com posturas que chamaríamos de feministas, mas que não se autodenominam desta forma; e grupos, os mais diversos, que se autodenominam feministas, com abordagens bem diferenciadas. Com algumas dessas, inclusive, não concordamos. Ainda, quando falamos de “academia”, estamos nos referindo àquilo que se produz nas instituições de ensino e pesquisa, que poderíamos restringir às universidades, mas se fizermos isso estaremos deixando de fora instituições de pesquisa que não são identificadas como universidades, daí utilizarmos a palavra “academia”. E,

dentro desta “academia”, estaremos priorizando as relações com a historiografia.

A diferença entre movimento de mulheres e feministas tem sido alvo de debates. Inicialmente, a diferença esteve centrada nas pautas: para o feminismo, as questões específicas das mulheres e, para o movimento de mulheres, as pautas gerais (HIRATA, 2000, p. 125-30). Entretanto, desde a segunda década do século XXI as fronteiras entre o movimento de mulheres e o feminista têm sido sistematicamente ofuscadas: um número crescente de mulheres pobres, trabalhadoras, negras, lésbicas, sindicalistas, ativistas católicas progressistas e de outros setores do movimento de mulheres tem incorporado elementos centrais do ideário e do imaginário feministas, refazendo o discurso feminista. Claro, reelaborados de acordo com suas posições, preferências ideológicas e identidades particulares. Assim, se o feminismo foi pensado no plural, devido aos diversos grupos, com diversificadas posições políticas, esta pluralidade continua se ampliando e se aprofundando. Essa pluralidade de posicionamentos expressa, muitas vezes, as profundas desigualdades entre as mulheres no que tange aos seus pertencimentos de classe, de raça/etnia, sexualidade, geracional e de localidade geopolítica.

O desafio de manter alguma forma de unidade nas reivindicações e lutas (como se acreditou há algum tempo, especialmente nos anos de 1970) passa a ser problematizado, a ponto de se ter questionado o próprio conceito de “movimento feminista”, como propôs Alvarez, já em 1998. No seu lugar, a autora propôs o uso de “campo feminista”, entendido como um “campo discursivo de atuação/ação” (ALVAREZ, 1998, p. 265). Este campo discursivo de atuação/ação pensa a política num “sentido mais amplo, o cultural, o simbólico e as relações de poder/gênero que aí se constituem e se reconfiguram continuamente” (ALVAREZ, 1998, p. 267).

A narrativa de sucessivas “Ondas” do feminismo tem sido amplamente criticada (HEMMINGS, 2009; PEDRO, 2011). Mesmo assim, para esta discussão, pretendemos utilizar esta narrativa, pois, além de nos ajudar a mostrar tensões e alianças entre movimentos de mulheres e feministas e academia, a sequência de “ondas” continua a ser referenciada por muitas das autoras que pretendemos discutir neste texto. Para

<sup>2</sup> Agradecemos ao Imberê Araken Machado pela revisão da redação e a Cristina Scheibe Wolff, Janine Gomes da Silva, Rejane Jardim e Vera Gaspareto pelas críticas ao texto.

muitas autoras, a primeira onda do feminismo nasceu como movimento liberal de luta das mulheres pela igualdade de direitos civis, políticos e educativos. O movimento sufragista teve fundamental importância nessa fase de surgimento do feminismo. A segunda onda do feminismo ressurgiu nas décadas de 1960 e 1970, quando a categoria mulher é pluralizada, através da ação das mulheres negras, constituindo “mulheres” como categoria central. As feministas americanas enfatizavam a denúncia da opressão masculina e a busca da igualdade – “o feminismo da igualdade” –, enquanto as francesas enfatizavam as diferenças entre homens e mulheres, para que fosse dada visibilidade à experiência feminina – “o feminismo da diferença”. Essa fase é marcada pela denúncia da opressão às mulheres imposta pelo patriarcado. A terceira onda surge no final dos anos 1980 e 1990, com a crítica pós-modernista da ciência ocidental. Passa-se à categoria gênero como categoria central, cuja ênfase concentra-se na análise das diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade. Já o século XXI veria a emergência da quarta onda feminista, caracterizada por grandes manifestações de rua, e pelo uso intenso de recursos da internet e das redes sociais.

Note-se que, além de não haver consenso sobre a existência de ondas, pesquisadoras têm questionado as divisões, entendendo que as pautas de um período já estavam previstas em outras épocas (HEMMINGS, 2009). Questionam, também, as datas de início e de fim das ditas “ondas”, e, ainda, se teriam existido duas, três ou quatro ondas. Há, ainda, quem nem queira utilizar esta divisão em ondas. Para a discussão deste artigo, queremos destacar duas narrativas: 1) a que considera que somente movimentos autônomos podem ser considerados “movimentos feministas” e, portanto, a chamada “terceira onda” não seria considerada feminismo, pelo contrário, seria o período de “refluxo” do feminismo; 2) a existência de diferentes formas de feminismo, não se concentrando apenas nos movimentos autônomos.

### **Narrativas de tensões**

O movimento de mulheres e feminista que emergiu, no Brasil, nos anos 70 do século XX, foi diferente do que

ocorreu em vários países do Hemisfério Norte, pois não pode realizar grandes manifestações reivindicando direitos específicos. Aqui, como em outros países da América Latina, especialmente os do Cone Sul, a ditadura militar, presente desde 1964, limitava as ações. Mesmo assim, foram realizados grupos de consciência, publicados periódicos, realizados eventos, e, na medida em que a ditadura se enfraquecia, no final dos anos 70, até mesmo manifestações. Vários trabalhos focalizaram este momento, mostrando os vários grupos que se formaram, os embates em que se envolveram, as pautas que encaminharam (PINTO, 2003; TELES, 1993; LEITE, 2003; PEDRO, 2006; MORAES, 1990). Outros trabalhos mostraram as tensões que começaram a surgir, dentro do movimento, nos anos oitenta, na medida em que novos espaços para atuação surgiam com o final da ditadura (MIGUEL, 1988).

De acordo com Sonia Malheiros Miguel (1988), e como resultado de sua pesquisa de mestrado, as mulheres consideradas “históricas” do feminismo do Rio de Janeiro, entendiam que, logo após o final da ditadura, na segunda metade da década de oitenta, o movimento feminista estava se desestruturando, os grupos de reflexão e de ação estavam reduzindo. Estas apontavam como causas o fato de o feminismo de segunda onda no Brasil ter se caracterizado por grupos fechados. Assim, ao invés de formarem novos grupos, na medida em que se ampliavam, tendiam a se concentrar nas mesmas pessoas, não permitindo a presença de outras mulheres. Além disso, teriam perdido a utopia de viver internamente “sem hierarquia” e, mais, por estarem envelhecendo, e principalmente, porque muitas das que tinham atuado no movimento, estavam participando de diferentes instâncias governamentais. Estes grupos estariam se desestruturando.

Havia, inclusive, uma anedota que dizia que o movimento feminista estaria terminando devido ao envelhecimento destas e da não incorporação de jovens feministas (MIGUEL, 1988, p.43). Muitas afirmavam que estas participações em diferentes instituições estavam, também, destruindo a autonomia que o movimento precisava ter. Mas, o que entendiam por autonomia? Elas consideravam autonomia não depender de organizações que considerassem a luta

pela libertação das mulheres como um aspecto secundário. Esta afirmação estava direcionada para os partidos políticos, para os sindicatos, mas também para os organismos financiadores e para a possibilidade da presença de mulheres que participavam do movimento em diferentes instituições (MIGUEL, 1998, p. 35).

Este argumento de que o feminismo estaria se desestruturando e que teria ocorrido um “refluxo” do movimento, e que as feministas desapareceriam, pois estariam morrendo e as jovens não estariam empenhadas no movimento, pode ser observado em outras discussões.

Nas conversas em grupos de trabalho ou encontros em eventos, nos anos noventa e na primeira década do século XXI, não foi raro ouvir afirmações semelhantes a esta: “As jovens de hoje precisam ler sobre a história do feminismo para saberem que muitos dos direitos que consideram como natural, foi resultado da luta das ‘velhas feministas’ no passado”; ou, então: “já não existe mais feminismo, as jovens só querem academia, não querem ir para a rua e lutar”. Enfim, há aqui uma queixa tanto de “falta de respeito” pelas que estão lutando ou que lutaram há muito tempo, quanto uma queixa de desconhecimento da história. Entendemos que isso é uma disputa de poder: as velhas contra as novas feministas na busca de reconhecimento de suas bandeiras de luta, de suas estratégias e táticas, de concepções, pressupostos e projetos, dentre alguns aspectos que movem as práticas militantes.

Outra consideração oportuna a se apontar é referente à escolha em relacionar o aborto como um tema pertencente à saúde pública e que, em função disso, demanda uma política específica. Este enquadramento possibilita desviar o tema de alguns campos nebulosos, como o da religião e moral, e controversos, como quando o debate acaba por assumir um viés liberal. Este último exemplo parte de uma argumentação centrada somente no direito individual de escolha das mulheres em relação aos seus corpos e, muitas vezes, por carecer de problematizações mais significativas, demonstra-se insuficiente diante de um tema tão complexo. Estes assuntos também serão mais bem discutidos no decorrer do texto.

Convém destacar que, entre as “riots girrrlls”<sup>3</sup>, uma das críticas que fazem aos feminismos da “velha geração” é o de terem abandonado seus ideais; por isso, elas prometem nunca os abandonar. No zine Kaostica, vemos uma declaração assinada pela banda Dominatrix<sup>4</sup>, que afirma:

Os + velhos dizem que ão faço parte disso e que não tenho que fazer o que está além de meus padrões de idade. Digo que estão errados e estão errados novamente. [...] não vou deixar de ser ativa tão cedo, eu vi você desistindo e me pergunto por quê. [...] eu não serei aquela a ser abusada. (MARQUES & PEDRO, 2012, s/p.).

A reflexão de que a entrada do feminismo – ou seus objetos - na academia marcou o esvaziamento político da categoria gênero é recorrente na literatura. Algumas autoras indicam que, com a academia, a categoria classe foi apartada da categoria gênero, despolitizando o conceito.

Cynthia Soledad Naranjo (2008) afirmou que este processo ocorreu na Argentina, dizendo que nos anos de 1970, os trabalhos de gênero se concentravam na opressão sobre a mulher, tanto na violência do homem sobre ela como nas estruturas do sistema capitalista e patriarcal. Para isso, era necessário uma referência articulada de gênero/classe, de modo a discutir essa realidade social, política e econômica. Com o fim da ditadura militar e o advento da democracia, acompanhados da queda do Muro de Berlim e o “sentenciamento do fim” do marxismo, os anos de 1990 marcaram um novo movimento no pensamento da Esquerda. Nesse período, segundo Naranjo (2008), os/as intelectuais da temática gênero também passaram a ocupar a academia. Dentre as modificações ocorridas nesse movimento, o mais importante, segundo a autora, foi que gênero passou a ser tratado como conceito, descolando da categoria classe. Isso significou uma despolitização dos estudos de gênero, seja na definição de objetos, de práticas sociais e de horizonte de transformação social.

<sup>3</sup> Riot Grrrl é uma expressão em inglês, amplamente utilizada no Brasil e em outros países. Pode ser traduzida como garota rebelde ou motim das garotas. A utilização da grafia e pronúncia Grrrl, em contraponto ao girl, funciona como um grito, o som de sua revolta. (MARQUES & PEDRO, 2012, s/p).

<sup>4</sup> Banda punk de mulheres, criada em 1995, e que continua em atividade; suas integrantes editoravam o zine Kaostica.

A autora ainda analisa que

No podemos pensar, con cierta ingenuidad, que lo científico esta desligado de lo político o lo empresarial; esta relación se explicita en el funcionamiento de las Universidades – tanto privadas como públicas – y sus respectivos planes de estudios; así como también con la mercantilización de los centros de investigación, las editoriales, la circulación de revistas y periódicos y otros sectores para la propagación de teorías. (NARANJO, 2008, p.2).<sup>5</sup>

Também no Brasil, segundo Renata Gonçalves (2009), com a chegada dos anos de 1990 o movimento feminista começou a se modificar: os vínculos entre intelectuais feministas e os movimentos de mulheres enfraqueceram, desapareceu a militância não-profissional e os debates sobre a mulher e sobre o feminismo passaram a se concentrar, cada vez mais, nas universidades.

Com a afirmação de que o Brasil foi marcado pela consolidação do projeto neoliberal nos anos de 1990, a autora localiza a criação das Organizações Não-Governamentais como estratégia do deslocamento do enfrentamento político classista e feminista para o lema da participação e da cidadania, despolitizando o movimento feminista.

Assim, no argumento de Renata Gonçalves, não só a academia, mas também as ONG's estariam, de maneira diferente, construindo a despolitização do movimento feminista e da organização de mulheres. Mas, no caso da academia, o uso da categoria gênero foi destacado. Segundo a autora, na maioria das vezes, gênero acabou sendo utilizado como substituto da categoria sexo ou simplesmente como sinônimo de homem e de mulher. Além disso, segundo sua análise, gênero acabava por desvincular as relações de poder das suas bases materiais, devido à ênfase na dimensão simbólica. A

noção de construção discursiva teria distanciado as mulheres das lutas pela sua emancipação<sup>6</sup>.

Maria Filomena Gregori (1999) faz uma reflexão importante sobre a história do feminismo no Brasil. Ela diz que, comparados aos feminismos norte-americanos, os movimentos feministas no Brasil sempre foram mais “moderados”, pois se tomado o período da ditadura militar, os movimentos estiveram articulados aos discursos e intervenções da Esquerda, onde a categoria classe é hegemônica, além de serem historicamente sexistas. Depois, a articulação dos feminismos com os movimentos sociais continua, então, acompanhado pela Esquerda que, ou estava articulada com a Teologia da Libertação, ou com os partidos de orientação marxista. Por sua vez, a entrada dos estudos de gênero nas universidades demandou um certo tipo de despolitização, já que “as feministas acadêmicas não desenvolveram estratégias de enfrentamento das organizações científicas [...] o que resultou num certo apaziguamento do seu potencial crítico.” (GREGORI, 1999, p.227). Podemos entender que, nessa análise, os movimentos feministas no Brasil foram diferentes dos feminismos norte-americanos, pois estiveram englobados ou pelas Esquerdas partidárias e teológicas, ou pela universidade.

A complexidade de tal condição histórica pode ser identificada na reflexão de Maria Filomena Gregori (1999), ao expressar seu incômodo com relação a esse lugar de “acadêmica feminista”. De acordo com ela esta experiência de ser militante e pesquisadora implica ter que enfrentar duas resistências: 1) nos grupos feministas o conhecimento tinha que ser gestado na prática coletiva e não individual e, assim, as pesquisadoras seriam “reconhecidas pela metade”, pois eram “as ‘acadêmicas’, com toda a distância e comedimento que esse rótulo implica”[...] (GREGORI, 1999, p.227); a outra resistência seria da academia, cujas concepções hegemônicas de ciência estariam sempre sugerindo uma “pesquisadora pela metade”, no sentido de que a atividade intelectual estaria reduzida a

<sup>5</sup> Tradução das autoras: Não podemos pensar, com certa ingenuidade, que o científico está desligado do político ou do empresarial; esta relação torna-se explícita no funcionamento das universidades – tanto privadas como públicas – e seus respectivos planos de estudos; assim como também com a mercantilização dos centros de investigação, das editoras, da circulação de revistas e periódicos e, ainda, outros setores para a propagação de teorias.

<sup>6</sup> Convém destacar que discordamos desta análise. Entendemos que gênero se tornou uma categoria de análise e deu legitimidade para os trabalhos acadêmicos, permitindo que as discussões do feminismo pudessem estar presentes em diferentes níveis de ensino. O potencial desta categoria já foi discutido por SCOTT, Joan W. Usos e abusos do gênero. Projeto História, São Paulo, n. 45, pp. 327-351, Dez. 2012.

“instrumentalizar transformações sociais” (GREGORI, 1999, p.228).

Sonia Malheiros Miguel lembra que o feminismo chamado de “Segunda Onda” foi visto por muitas das que se tornaram importantes feministas, como uma “tarefa de partido”, ou seja, foi instrumentalizado pelos partidos.” Assim, “muitas delas começaram a participar do movimento feminista ainda ligadas a esses partidos e inclusive se engajando nele, no cumprimento de uma “tarefa” partidária.” Passaram a participar dos grupos feministas para tentar atrair mulheres destes grupos para seus partidos. Sete das onze entrevistadas tiveram este tipo de envolvimento” (MIGUEL, 1988, p. 49).

Lembra, ainda, que no final dos anos oitenta, era possível dizer que o feminismo indicava as seguintes tendências: “a) diminuição dos grupos feministas, sejam eles de reflexão ou de ação; (MIGUEL, 1988, p. 59) b) um aumento das chamadas “feministas autônomas”; c) uma crescente tendência à institucionalização dos grupos ou uma atuação mais institucional das feministas<sup>7</sup>; d) um aumento considerável do número de mulheres participantes dos encontros feministas; e) um maior interesse dos outros movimentos sociais em relação às ideias e propostas feministas.” (MIGUEL, 1988, p. 59-60).

Maria da Glória GOHN diz que, nos anos 90, teria iniciado uma “Terceira Onda feminista”, mas que o “verdadeiro” movimento de mulheres e feministas teria refluído porque as manifestações desapareceram. Para esta autora, o que passou a existir foram ONGs dirigidas por mulheres. Assim, as mulheres já não estavam mais atuando como pertencentes ao movimento social. Para ela as “novas ONGs não são movimentos sociais, são organizações sociais institucionalizadas que trabalham com mulheres. Suas matrizes discursivas não centralizam as mulheres das classes populares para trabalhos de conscientização, políticas equitativas etc” (GOHN, 2007, p. 52). A avaliação que ela apresenta é de que estas atividades que foram sendo apropriadas pelo Estado, e a atuação

das mulheres em diferentes instâncias, não auxiliam a constituição da democracia, pois eliminam a política. Não haveria um trabalho de conscientização. Ao se apropriar das atividades, o Estado “cria conselhos para a resolução de todas as demandas e problemas dos grupos excluídos” (GOHN, 2007, p. 58). Para ela, desde os anos noventa o Estado passou a incluir as mulheres em sua agenda política neoliberal. Sua ação não foi mais pautada por movimentos sociais. “As mulheres passam a ser as grandes beneficiárias das políticas públicas do tipo bolsa-família. São tratadas a partir de uma cidadania outorgada e não como sujeitos capazes de protagonizar processos de transformação social emancipatórios” (GOHN, 2007, p. 59).

O que se observa nestas narrativas é que a “Segunda Onda” teria iniciado no Brasil nos anos setenta e teria terminado nos anos oitenta, dando lugar a um grande refluxo. As antigas feministas teriam ido se abrigar em universidades, em cargos governamentais e em ONGs. Enfim, este tipo de narrativa apenas considera feminismo as atividades ligadas à conscientização, às ações diretas e às grandes manifestações como forma de mudança social e realização de pautas.

### **Narrativas de pontes e alianças**

Em 2015, foi possível observar, nas ruas de inúmeras cidades brasileiras, a emergência de uma nova “onda feminista”. Algumas autoras a identificam como uma quarta onda. Esta foi principalmente protagonizada pelas mulheres negras, e trouxe na sua pauta muitas das antigas reivindicações e novas demandas. Estamos entendendo que esta nova “onda”, além de ser uma reação à ameaça de perda de direitos em vista da configuração conservadora, teve, também, como lastro, todo este trabalho que foi feito, desde o final dos anos oitenta em diferentes instituições, por novas e antigas feministas. Estas atuações legitimaram “mulheres”, “gênero”, “feminismo”, “sexualidade” e “queer” como categorias de análise. Além disso, defenderam a dignidade do ser humano, independente do sexo, sexualidade, orientação e identidade de gênero. Diferente de pensar este período como um “refluxo” do movimento de mulheres e feministas, estamos entendendo este momento como outra forma de atuação feminista.

<sup>7</sup> Sobre a questão da institucionalização, tem o exemplo do Conselho da Condição Feminina de São Paulo: SILVA, Tauana Olívia Gomes ; WOLFF, Cristina Scheibe . O protagonismo das mulheres negras no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (1983-1988). Cadernos Pagu, v. 55, p. e195512, 2019.

No Brasil, assim como em outros países, os movimentos de mulheres e feministas do período, a partir dos anos oitenta, buscaram espaços nas universidades na forma de núcleos de estudos, laboratórios, institutos, etc... Várias iniciativas colaboraram para que o feminismo se tornasse um campo de conhecimento legitimado: o campo discursivo de atuação e ação feminista (ALVAREZ, 1998, p. 265). Heloisa Buarque de Hollanda e Marlise Matos observaram, neste momento de redemocratização, nos anos oitenta, a emergência da “Terceira Onda Feminista” no Brasil. Para ambas, a criação de núcleos de estudos formou, nas universidades, toda uma geração de mulheres que passaram a se identificar como feministas. Heloisa Buarque de Hollanda se diz feminista desta “terceira onda” (2018, p.11), e, ainda, para ela, a “Quarta Onda” teria iniciado com os ativismos de rua, e de redes sociais (2018, p.13), da chamada “Primavera das Mulheres”, especialmente a partir de 2015. Por sua vez, Marlise Matos, situa a “Quarta Onda”, no Brasil, já no início do século XXI (MATOS, 2010, p.68).

É importante apontar que a democratização, dos anos oitenta trouxe vários ganhos para as mulheres, e que estes foram alcançados através da participação em instituições governamentais, atuando em partidos políticos, em ONGs, em instituições de pesquisa e ensino, etc. Ou seja, não foi com manutenção da autonomia do movimento. Embora movimentos autônomos tenham continuado a existir.

Convém lembrar que, em âmbito internacional os anos oitenta e noventa foram de avanço conservador. Os anos 80, focalizados por Suzan Faludi (2001), trouxeram nova crise no campo feminista, desta vez de cunho neoliberal. Ronald Reagan tornou-se presidente dos Estados Unidos e Margareth Thatcher era a primeira ministra da Inglaterra. Ambos destruíram políticas sociais e direitos, há muito tempo conquistados pela classe trabalhadora. Nestes anos ocorreu, ainda, a queda do muro de Berlim, o final da União Soviética e o aparecimento do HIV<sup>8</sup>. Todos estes fatos representaram grande retrocesso para as minorias, dentre estas as mulheres e os homossexuais. Para as mulheres, o retrocesso veio através da

divulgação da “infelicidade das mulheres emancipadas” (FALUDI, 2001). Inúmeras publicações passaram a divulgar este tipo de afirmação. Para os homossexuais, o HIV foi considerado uma “peste gay”, criando forte discriminação. A reação a este movimento conservador, protagonizado, principalmente, pelos homossexuais, conseguiu reverter este quadro.

No Brasil, como em vários países do Cone Sul, entretanto, os anos 80 tiveram outro significado. Era o período de redemocratização, já discutido por várias pesquisadoras. Foi destes anos o início da criação de Núcleos de Estudos da Mulher, do Feminismo, do Gênero e das sexualidades nas universidades. Em 1980, por exemplo, foi criado o Núcleo de Estudos Sobre a Mulher na PUC/SP, por iniciativa de Fanny Tabak (PEDRO, 2005, p. 172). Outras ações importantes vieram fortalecer o conhecimento e dar legitimidade a este: 1) o Programa de Relações de Gênero na Sociedade Brasileira, executado entre 1978 e 1998 pela Fundação Carlos Chagas, com recursos da Fundação Ford (SORJ, 2004); 2) no início do século XXI, os concursos realizados pela SPM - Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, junto com o CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa, com recursos para pesquisa; 3) os concursos de redação, e artigos científicos intitulados “Construindo a Igualdade de Gênero”, voltados para estudantes de ensino médio, graduação e pós-graduação, também organizados pela SPM<sup>9</sup>; 4) as atuações da SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, que apoiou cursos de Gênero e Diversidade na Escola, formando especialistas e criando uma grande rede de conhecimento que fortaleceram as pesquisas sobre o feminismo, História das Mulheres, relações de gênero e sexualidades.

É possível incluir, ainda, inúmeras outras ações deste período que permitiram o surgimento de um feminismo

<sup>9</sup> O Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero foi instituído em 2005 pela Secretaria de Política das Mulheres (SPM-PR), no âmbito do Programa Mulher e Ciência, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI); a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI/MEC); a Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) e a ONU Mulheres. <http://www.onumulheres.org.br/noticias/premio-construindo-a-igualdade-de-genero-esta-com-inscricoes-abertas/> acesso em 24.06.2019.

<sup>8</sup> HIV - do inglês *Human Immunodeficiency Virus*

que se tornou popular, no sentido de encontrar um maior número de mulheres, principalmente de jovens, que passaram a se identificar com o feminismo. Enfim, observou-se, especialmente a partir do início do século XXI, a transformação das discussões de História das Mulheres, feminismo, relações de gênero e sexualidades em questões de conhecimento, estudo e pesquisa. Esta transformação deu legitimidade para estas temáticas. Tornou-se uma questão a ser conhecida e transmitida, permitindo a formação de novas/os pesquisadores neste campo, com repercussão na cultura escolar, ou seja, tornou-se assunto a ser discutido em sala de aula, de diferentes níveis de aprendizado (SILVA, 2006). Arriscamo-nos a dizer que grande parte do que se viu nas manifestações da “Primavera das Mulheres”, de 2015, foi, também, resultado de todo este trabalho, legitimado pela pesquisa e ensino que vem sendo feito desde os anos oitenta em ONGs (MIGUEL, 2003), especialmente nas universidades. Mas, obviamente, não foi somente isso.

Convém ainda situar os aportes de recursos para pesquisa e a ocupação de lugares na academia que foram dando legitimidade a certos estudos – não sem resistência -, e que permitiram que o campo se engajasse em assuntos que até então faziam parte tão somente do vocabulário dos movimentos sociais.

Ademais, entre os anos de 1981 a 1988, a Fundação Ford, inicialmente através da Fundação Carlos Chagas, financiou a publicação, em São Paulo (SP), do jornal *Mulherio*<sup>10</sup>; e entre 1992 e 1999, no Rio de Janeiro (RJ), da Revista *Estudos Feministas*. Esta revista, a partir de 1999, passou a ser publicada na Universidade Federal de Santa Catarina, contando com suporte desta universidade e do CNPq. Convém destacar que, desde seu início, a Revista tem publicado as mais recentes reflexões teóricas do campo, nacionais e estrangeiras, colaborando na circulação de teorias que têm sido apropriadas e criticadas pela historiografia.

Desde 1993, a Universidade de Campinas (UNICAMP), em Campinas (SP), passou a publicar a revista *Cadernos Pagu*, que se mantém neste lugar até os dias de hoje. Este periódico contou com recursos financeiros da Fundação Ford e da Comunidade

Europeia, além de aportes advindos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), do CNPq, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e da própria UNICAMP. Esta revista tornou-se também uma referência para a divulgação de pesquisas do campo.

Desde então, estes núcleos têm se multiplicado e criado uma grande rede de estudos que se intercomunicam e trocam experiências. Grande parte destes não possuem qualquer apoio financeiro para sua atuação, dependendo sempre de trabalho voluntário; mas obtiveram - e até hoje obtêm - algum apoio institucional na forma de espaço físico, móveis, equipamentos e, principalmente, legitimidade como conhecimento científico. O levantamento (incompleto) destes núcleos tem sido feito em várias áreas e por várias autoras (CARVALHO, FREITAS, SILVA, 2015; GROSSI, 1995), mostrando como se tornaram numerosos e importantes na formação e fortalecimento do campo.

É impossível não mencionar na formação deste campo a organização de um evento iniciado em 1994 na Universidade Federal de Santa Catarina, e que ganhou um crescimento significativo nestes vários anos de existência, tendo sua última edição sido realizada em 2017. Trata-se do Seminário Internacional Fazendo Gênero. O primeiro Fazendo Gênero, realizado entre 30 de novembro e 2 de dezembro de 1994, tinha sintomaticamente, como título, a categoria “Mulher”. Intitulava-se Fazendo Gênero - Seminário de Estudos sobre a Mulher, contudo, ao longo de suas edições, acompanhando o crescimento do campo, foi refletindo a mudança das categorias e incorporando novas discussões teóricas.

Se o primeiro evento foi realizado com poucas centenas de participantes, o último, em 2017, contou com 9.396 pessoas inscritas, unindo dois eventos: o 13º Congresso Mundos de Mulheres & Seminário Internacional Fazendo Gênero 11. Estes eventos têm acompanhado o crescimento e as mudanças no campo, de forma interdisciplinar, e deixado importantes registros como publicações em formato de livros, anais

<sup>10</sup> O financiamento da Fundação Ford se manteve até 1988. Entretanto, desde 1984, o periódico não ficou mais sediado na Fundação Carlos Chagas.



e dossiês em revistas acadêmicas<sup>11</sup>. Desta forma, ajudou a sedimentar o campo.

Por outro lado, este mesmo evento de 2017, em vista dos acontecimentos de 2015, com a emergência da chamada “Quarta onda” do feminismo, promoveu novas pontes e alianças com os recentes movimentos de mulheres e feministas.

O evento ocorrido entre 30 de julho e 4 de agosto de 2017 em Florianópolis, na UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, reunindo o 13º Congresso Mundos de Mulheres e o Fazendo Gênero 11, apresentou uma grande inovação: trouxe, para um evento considerado “acadêmico”, os mais diversos movimentos de mulheres e feministas (WOLFF e GASPARETO, 2019). A integração entre os movimentos e a academia se deu através de várias ações: 1) a inclusão de pelo menos uma pessoa oriunda da militância, em cada mesa redonda programada; 2) a construção da “Tenda Mundos de Mulheres”, que permitiu a presença de diferentes grupos expondo suas atividades; 3) a construção da “Tenda Feminista e Solidária”, que reuniu artesãs e mulheres oriundas da “agricultura familiar”; 4) a criação de “Fóruns de debates”, com a presença de representantes de diversas formas de militância; 5) a elaboração de uma “Carta Mundos de Mulheres” com uma síntese das demandas dos movimentos; 6) o planejamento de roteiros de visitas a lugares representativos dos movimentos sociais; 7) a “Marcha Mundos de Mulheres por Direitos” (SNYDER, VEIGA, WOLFF, 2018), realizada no terceiro dia do evento (GASPARETO, 2017). De acordo com Vera Gaspareto, (2017, p.2), coordenadora das ações que promoveram esta “interlocução com as ativistas dos movimentos, de modo a fazer uma intersecção entre as ações propostas pela academia em diálogo com o ativismo/militância social no conjunto da programação”, esta foi uma “das ações mais desafiadoras”.

Este pode ser considerado o encontro de dois movimentos: aquele que tem sido chamado de “terceira onda”, e o da “quarta onda” feminista. E, ao que tudo indica, estas alianças irão continuar: neste momento prepara-se o Fazendo Gênero 12, que será realizado

entre 26 e 31 de julho de 2020. Para este evento, todas estas atividades envolvendo movimentos sociais vão ter continuidade e, ainda, será acrescentada outra “ponte”: foi aberta a possibilidade da presença de artistas ou militantes de movimentos sociais na organização de Simpósios Temáticos – algo não previsto no evento anterior.

Claro que não é a primeira vez que estas pontes e alianças aconteceram e gostaria de discutir algumas destas contribuições, especialmente, entre academia e movimentos sociais. Reconhecemos que há uma relação de tensão e colaboração entre academia e movimento de mulheres e feminista. Algumas militantes do movimento feminista costumam dizer que as acadêmicas crescem nas suas carreiras graças ao estudo que as acadêmicas fazem sobre elas, usando os conhecimentos que produzem sobre o movimento. É uma crítica que versa sobre a dimensão utilitarista atribuída pelas militantes à produção acadêmica. Mas cabe destacar que historicamente o movimento feminista também tem usado a produção feita na academia para legitimar seus discursos, seus projetos e suas práticas em muitos embates políticos, como também viabilizar o aporte de recursos junto às agências de fomento, através da elaboração de projetos. Assim, os conhecimentos produzidos na academia têm instrumentalizado os movimentos sociais em diferentes situações de disputa política, na medida em que é acionado como saber-poder. Tratemos dessa questão utilizando alguns exemplos.

Primeiro exemplo: Os movimentos sociais não são monolíticos, muito menos o movimento de mulheres. Eminentemente diverso em posições, ideários e projetos de sociedade, apresentam-se com divisões internas que disputam espaços de hegemonia. Muito do conhecimento produzido na academia é acionado para enfrentamento de grupos opostos, na construção de argumentos para desqualificação de discursos. Exemplo disso foram as discussões sobre a participação ou não das pessoas trans em reuniões feministas. A definição de quem participa e quem não participa de fóruns de debate e decisão é resultado de disputa, de argumentação e retórica: o grupo contrário à participação de pessoas trans pautava-se em argumento presente nos movimentos dos anos 70, eminentemente separatista, que designava que só eram mulheres as que nasciam com vagina; já o grupo que advogava a participação das pessoas trans usava argumentos construtivistas de origem acadêmica,

<sup>11</sup> Sobre o livro publicado no último evento e dados deste, ver [http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/informativo/view?TIPO=&ID\\_INFORMATIVO=73](http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/informativo/view?TIPO=&ID_INFORMATIVO=73). Acesso em 30 jun. 2019.

afirmando que são “mulheres” aquelas que assim se auto-definem. Esse argumento construtivista elaborado no espaço acadêmico tem como base o questionamento do corpo como local da verdade e da definição do destino de cada pessoa. A construção discursiva produzida pela academia é eminentemente uma prática discursiva de saber-poder.

Nessa mesma lógica, a apropriação dos movimentos de mulheres e feministas dos discursos e argumentos da academia tem possibilitado diferentes estratégias e táticas na articulação política, como para elaborar projetos visando acessar políticas públicas que as beneficiem, para se candidatar a editais de órgãos financiadores nacionais e internacionais, para legitimar suas pautas diante de seus companheiros e dentro do próprio movimento.

Segundo exemplo: Millie Thayer (2001) mostrou-nos que a participação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) na “Conferência das Mulheres da ONU” em Beijing, em 1995, teve grande influência das produções acadêmicas. Segundo a autora, as militantes do MMTR estiveram em contato com pesquisadoras e textos oriundos da academia, como também da ONG “SOS Corpo”, e puderam se preparar para negociar com agências de fomento internacionais e “se enfrentaram com teorias feministas — como a de Joan Scott sobre relações de gênero — desenvolvidas bem longe do sertão” (THAYER, 2001, p.104), mais propriamente na academia. Millie Thayer (2001) também informa que

O MMTR organizou reuniões de discussão sobre o corpo e sexualidade feminina, lutou por uma representação nos programas governamentais de combate aos efeitos da seca, e pelo direito das mulheres de participar de seus sindicatos em pé de igualdade. Em meados da década de 90, o movimento foi estendido para quase 900 grupos locais nos nove estados nordestinos, estabelecendo laços com mulheres rurais de todo o Brasil e entrando em circuitos feministas transnacionais. (THAYER, 2001, p.104)

Terceiro exemplo: pesquisadoras acadêmicas são convidadas, inúmeras vezes, para participarem de encontros de mulheres servidoras públicas, professoras, empresárias, agricultoras, partidárias, dentre outros. Na maioria das ocasiões, nada é narrado que elas já não soubessem. A presença da pesquisadora, da acadêmica tem a função, na maioria

das vezes, de legitimar o discurso delas, fornecendo palavras, argumentos, história para o que sentem. E isso é de extrema importância para clareza e consistência das ações militantes<sup>12</sup>.

Nos anos 1970, os grupos feministas que se formaram no Brasil lutavam, além das pautas específicas, contra a ditadura militar e, muitas pelo “socialismo”. A forma de luta foi diversa: manifestações, panfletagem, grupos de consciência, palavras de ordem, atuação junto às mulheres populares nos bairros e associações de mães, etc... Depois dos anos oitenta, o que pretenderam foi mudanças na subjetividade. A atuação passou a se dar – no caso da academia – realizando pesquisas, dando aulas, ocupando espaços de poder, publicando textos científicos, questionando verdades estabelecidas, formando novas pesquisadoras, enfim, aparelhando espaços de poder e de constituição de verdades. (PEDRO, 2005, p. 171). Nesta atuação foram criados núcleos, laboratórios, institutos da Mulher, das mulheres, de gênero. Nestes espaços, as mulheres deixaram de ser objetos de pesquisa e passaram a questionar os conhecimentos legitimados, demonstrando como estes eram “sexistas, racistas e etnocêntricos”, e, em geral, produzidos por “indivíduos do sexo masculino, de raça branca, e originários de certas sociedades ocidentais” (GOLDBERG apud PEDRO, 2005, p 173).

Torna-se importante destacar, ainda, as contribuições dos estudos dos movimentos sociais, especialmente o de mulheres e feministas, para a própria academia, principalmente para a historiografia.

O movimento feminista questiona relações que sempre nos pareceram naturais, desta forma, desnaturaliza desigualdades. Aponta os caminhos de transformação e de conquista de direitos. Através da história da organização dos diversos grupos, podemos acompanhar como ocorrem suas vitórias e seus fracassos. Além disso, é possível ver como se organizam, quais as palavras de ordem, quais as pautas de reivindicações que mudam conforme o tempo.

---

<sup>12</sup> Mais de uma vez dei palestras em associações e falei de História das Mulheres e de Relações de Gênero. No momento dos debates, algumas das participantes demonstravam um grande conhecimento sobre a questão. Neste momento eu me perguntava o porquê de haverem me chamado, mas entendia que aquilo que eu dizia – por vir da academia -, tinha mais poder de convencimento do que se fossem elas a falar.

Algumas das palavras usadas nas reivindicações tornam-se, na historiografia, muitas vezes, “categorias de análise”. Sabemos que estas se constroem nas disputas dentro do movimento social. Um exemplo disso são as categorias “Mulher”, “Mulheres” e “Relações de Gênero”. A historiografia tem acompanhado como a categoria “Mulher”, altamente universalizante, foi sendo questionada pelos movimentos de mulheres negras, operárias, indígenas, dando margem à categoria “Mulheres”, que tentou incluir a diversidade e a desigualdade entre as mulheres. A historiografia pode, neste caso, apontar – seguindo Koseleck (2006), – a historicidade dos conceitos, estes forjados nas próprias lutas das mulheres e alvo de questionamentos.

A historiografia – no caso a história das Mulheres – aprende que a palavra “homem”, no sentido de “ser humano”, não serve. Não inclui metade da humanidade. Aprende a pensar que os acontecimentos que marcaram a historiografia, que produziram muitos textos de história, interferiram de formas diferentes na vida das pessoas, dependendo da classe, raça/etnia, geração, sexo, identidade de gênero e sexualidade. No caso do movimento feminista, acontecimentos considerados importantes tiveram impacto diferente sobre a vida das mulheres; outros, nem sequer foram nomeados ou qualificados como acontecimentos importantes pela historiografia, no entanto, transformaram a vida delas. Assim, no primeiro caso, por exemplo, o final da primeira guerra na Europa representou, em vários países europeus, a adoção de políticas populacionistas que geraram criminalização de práticas contraceptivas e abortivas adotadas pelo costume há muito tempo. De outro lado, estas mesmas políticas geraram, em relação aos países não brancos (da África, Ásia e América Latina), a divulgação e adoção de medicamentos e equipamentos visando à redução da população afro-asiática com o argumento de perigo de “explosão populacional”. Estas políticas focalizaram, principalmente, o corpo das mulheres – embora saibamos que os filhos não são gerados apenas pelas mulheres. Já no caso da secundarização de acontecimentos ou mesmo seu não reconhecimento, pode-se lembrar da invenção e comercialização dos métodos contraceptivos mais eficientes; dos equipamentos domésticos; ou coisas tão banais e

cotidianas como a mamadeira. Uma das questões historiográficas mais importantes sobre as mulheres foi dar visibilidade aos espaços cotidianos, às práticas ‘ordinárias’ dos espaços domésticos, considerando as dimensões de gênero. Tal visibilidade abriu uma forma de compreensão sobre os processos sociais, culturais, econômicos e políticos que, até então, permanecia alijado do trabalho historiográfico, naturalizando concepções sobre sujeitos e práticas em narrativas e discursos ordenados pela exclusão de alguns sujeitos políticos.

Com os movimentos feministas, a historiografia aprendeu que os processos políticos têm historicidade. Percebe que não possuem homogeneidade, nem traduzem verdades eternas. Percebe que as pautas de reivindicação são resultado de disputas políticas travadas dentro e fora dos movimentos. Percebe que a história das mulheres é história de práticas políticas.

Assim, o movimento feminista convida a historiografia a articular gênero, raça/etnia, classe e sexualidade nas narrativas, pois compreende que não se trata de somatório de discriminação, como já nos mostrou Linda Nicholson (2000); ao contrário, envolve a complexidade das interconexões entre tais pertencimentos. Envolve o que Kimberlé Crenshaw (2002) chama de interseccionalidade.

A historiografia também é provocada a perceber as similaridades e diferenças entre os movimentos feministas e entre os movimentos de mulheres. Entender como tais movimentos se apropriam das discussões acadêmicas, perceber como se organizam, reivindicam espaços, articulam-se na esfera pública e privada para lutarem contra preconceitos, e superarem as condições de discriminação e desigualdades. Muitas vezes, os encontros ocorrem dentro do próprio movimento social, motivado por diferenças de gênero, classe, sexualidade ou raça/etnia. Essa é uma história que se repete em muitos movimentos sociais.

Concluindo.

Apesar dos temores de uma parcela do chamado feminismo de “Segunda Onda” de perder a autonomia, a emergência da chamada “Terceira Onda”, com sua atuação institucional (no governo, nas ONGs e na Academia), trouxe contribuições significativas. Podemos citar algumas: a) toda uma nova geração de meninas e mulheres se reconhecem como feministas;

b) leis como a Maria da Penha e a do Femicídio foram aprovadas; c) a constituição de 1988 garantiu igualdade entre homens e mulheres na administração do lar e dos filhos; d) mudanças no código penal retiraram a expressão “mulher honesta” para tipificação de crime de “conjunção carnal com mulher, mediante fraude”; e) a discussão de gênero e sexualidade entrou na proposta do PNE – Plano Nacional de Educação. Nos dias atuais, a configuração conservadora tenta retirar do PNE qualquer referência a gênero e sexualidade. A forma como tentam fazer este retrocesso é por vias institucionais. A mesma via utilizada pelo feminismo de “terceira onda”.

O novo feminismo, (quarta onda), que hoje enche as ruas, está novamente trazendo a questão da autonomia: em relação aos partidos e sindicatos. A “instrumentalização” voltou à ordem do dia. Talvez, neste momento, tenhamos nós que instrumentalizar partidos e sindicatos para vencer esta batalha que, com certeza, será muito árdua.

Entendemos que cada nova geração reinventa o feminismo, adotando ou não este nome, porque este sentimento de insubordinação e de subversão surge nas relações. Claro que ninguém nasce feminista, torna-se feminista, aqui parafraseando Simone de Beauvoir (1967). E este ‘tornar-se’ deve passar por uma postura de inconformismo. Ou, como diriam as feministas dos anos de 1960, não aceitar que o corpo e o genital com o qual se nasce seja “destino”, defina percursos, possibilidades e limites das pessoas na vida em sociedade. Neste caso, grupos de inconformadas com as desigualdades de “gênero” (sendo que muitas nem utilizam a palavra “gênero”) de diferentes tipos de pertencimento têm se formado. E, na afirmação de suas singularidades, têm se nomeado, como por exemplo, o Movimento de Libertação das Mulheres, Sufragistas, Mulheristas, Movimento de Mulheres Negras, Movimento de Mulheres Camponesas, Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais, Riot Grrrl (MARQUES & PEDRO, 2012). Alguns destes grupos se dizem autônomos, enquanto outros se assumem como partidários; há ainda as ONGs. Existem ainda outros coletivos como a Marcha Mundial das Mulheres, Marcha das Margaridas, Marcha das Vadias, Feme (Ucrânia), dentre outros. Há ainda as que estão na era digital, com blogs, facebook, sites: “Escreva

Lola escreva”, “Grupo feminista Dina Guerrilheira”, dentre outros.

A indignação com as assimetrias de gênero, com certeza, continuará a criar novas ações. Cada uma destas permitirá que outras “ondas de feminismos” se formem, o nome que lhes será atribuído não tem qualquer importância.

## Referências

- ALMEIDA, Tânia Mara Campos de; BANDEIRA, ALVAREZ, Sonia E. *Feminismos Latinoamericanos*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 265, jan. 1998.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: a experiência vivida*. São Paulo: Ed. Difusão Européia do Livro, 1967.
- CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; FREITAS, Mayanne Julia Tomaz; SILVA, Karina Ingredy Leite. *Origens e desafios dos núcleos de estudos de gênero na educação superior no Norte e Nordeste do Brasil*. 2015, Florianópolis. Anais da 37ª Reunião Nacional da ANPED. Florianópolis: UFSC, 2015;
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas. [online]. 2002, vol.10, n.1, pp.171-188.
- FALUDI, Susan. *Blacklash: O contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001
- GASPARETO, Vera. (org) *Relatório da Comissão de Movimentos Sociais, Memória*, agosto 2017. (inédito)
- GOHN, Maria Glória. *Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático*. Política e Sociedade, v. 6, n. 11, Florianópolis, 2007, p. 52.
- GOLDBERG, Annete. *Tudo começou antes de 1975: idéias inspiradas pelo estudo da gestação de um feminismo “bom para o Brasil”*. In: *Relações sociais de gênero X relações de sexo*. Departamento de Sociologia – Área de Pós-Graduação. Núcleo de Estudos da Mulher e Relações de Gênero. 1989.
- GONÇALVES, Renata. *Sem pão e sem rosas: do feminismo marxista impulsionado pelo Maio de 1968 ao academicismo de gênero*. Anais VI Colóquio Internacional Marx & Engels. Unicamp, Campinas. 2009.

- GREGORI, Maria Filomena. Estudos de Gênero no Brasil (comentário crítico). In: MICELI, Sergio (Org.). O que ler na Ciência Social brasileira (1979-1995). Sociologia vol II. São Paulo: Editora Sumaré. ANPOCS: Brasília, DF. 1999.
- GROSSI, Miriam Pillar. Mapeamento de Grupos e Instituições de Mulheres/de Gênero/ Feministas no Brasil, Antropologia em Primeira Mão, Florianópolis: PPGAS/UFSC, n. 5, 1995.
- HEMMINGS, Clare. Contando histórias feministas. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 17, n. 1, 2009.
- HIRATA, Helena et al. Dictionnaire critique du féminisme. Paris: Presses Universitaires de France, 2000, p.125-30.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 11.
- KOSELLECK, Reinhart. A história dos conceitos como história social. In:\_\_\_\_\_ Futuro Passado. Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 97-118.
- LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil mulher e Nós mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.11, n.1, p.234-41, jan-jun. 2003.
- MARQUES, Gabriela Miranda, PEDRO, Joana Maria. O feminismo Riot: geração e violência. Labrys, Études Féministes/ estudos feministas. Juillet/décembre 2012 - julho/dezembro 2012.
- MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul Global? Revista de Sociologia Política. Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun. 2010, p. 68.
- MIGUEL, Sonia Malheiros. Publicando nas ONGs Feminista. Entre a Academia e a Militância. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 11(1): 336, jan-jun/2003. P.271-283.
- MIGUEL, Sonia Malheiros. Um olhar para dentro: o movimento feminista no Rio de Janeiro. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFSC, Florianópolis, 1988, 122p.
- MORAES, Maria Lygia Quartim de. A experiência feminista dos anos 70. Araraquara: Unesp, 1990;
- NARANJO, Cinthia Soledad. Desplazamientos categoriales en los estudios sobre el género. del concepto de clase a la relación conceptual de identidad-identificación. Anais XII Jornadas Nacionales de Investigadores en Comunicación. Escuela de Comunicación Social – Facultad de Ciencia Política y RRII - Rosario 2008.
- NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9, jan. 2000.
- PEDRO, Joana Maria. Feminismo e gênero na universidade: trajetórias e tensões da militância. História, Unisinos 9(3):170-176, Setembro/Dezembro 2005.
- PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. Topoi, v. 12, n. 22: 270-283, jan.-jun. 2011.
- PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). Revista Brasileira de História, Dez 2006, vol.26, no.52, p.249-272;
- PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003;
- SCOTT, Joan W. Usos e abusos do gênero. Projeto História, São Paulo, n. 45, pp. 327-351, Dez. 2012.
- SILVA, Fabiany de Cássia Tavares. Cultura Escolar: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa. Educar, Curitiba, n. 28, p. 201-216, 2006. Editora UFPR
- SILVA, Tauana Olivia Gomes ; WOLFF, Cristina Scheibe . O protagonismo das mulheres negras no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (1983-1988). Cadernos Pagu, v. 55, p. e195512, 2019.
- SNYDER, Cara ; VEIGA, A. M. ; WOLFF, Cristina Scheibe. "América Latina Vai Ser Toda Feminista": Visualizing & Realizing Transnational Feminisms in the Women's Worlds March for Rights. Ada: A Journal of Gender, New Media, and Technology, v. 14, p. 10.5399/uo/ada., 2018.
- SORJ, Bila. Estudos de gênero: a construção de um novo campo de pesquisas no país. In. COSTA, Albertina de Oliveira; MARTINS, Angela Maria; FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. Uma história para contar: a pesquisa na Fundação Carlos Chagas. São Paulo: Annablume, 2004, p. 119-140
- TELES, Maria Amélia de Almeida. Breve história do feminismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense; 1993;
- THAYER, Millie. Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão. Revista Estudos Feministas v.9 n.1. Florianópolis, 2001.

WOLFF, Cristina S. and GASPARETTO, Vera. Interactions between academia and feminist activism in Latin America: a debate from the experience of Women's Worlds Congress and Doing Gender. In: Alonso, A. & Langle de Paz T. (Ed.) (2019). La hora del liderazgo feminista. Editado por Red Global Cátedras UNESCO en Género [en línea]. <https://catunescomujer.org/globalnetwork/wp-content/uploads/2019/07/La-Hora-del-Liderazgo-Feminista-comprimido.pdf>